

Mega-salários: o escândalo midiático em um contexto de mudança institucional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Resumo

A emergência de escândalos midiáticos nas sociedades contemporâneas tem sido algo cada vez mais recorrente (Thompson, 2002). No entanto, um aspecto que chama a atenção nesse escândalo midiático e que sugere uma peculiaridade a ele é o fato deste escândalo ocorrer no interior de uma instituição política, Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que, ao longo da década de 1990, introduziu uma série de inovações institucionais no sentido de sua modernização e da abertura da interlocução com a sociedade. Através de uma análise quantitativa e qualitativa da cobertura do jornal *Estado de Minas* e, tendo como objeto a instituição, ALMG, e não os deputados propõem se discutir que impactos/conseqüências a cobertura midiática trouxe para o processo de mudança institucional, na ALMG, a partir do escândalo político financeiro dos Mega-salários?

O Objeto: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

A partir do início da década de 90, a ALMG passou a empreender esforços no que concerne à sua modernização, informatização e abertura à participação da sociedade civil. Todos estes esforços de reestruturação interna tiveram como finalidade criar um novo perfil institucional que buscou atribuir maior credibilidade à instituição. A preocupação com a imagem da ALMG era uma prioridade, por isso, para chegar a esse diagnóstico que indicou falta de credibilidade ante a sociedade foram realizadas pesquisas de opinião tendo como público alvo servidores da Casa e a sociedade.

Anastasia (1997), em *Mudança Institucional e Democracia* aponta que a adoção de um modelo informacional decorreu da necessidade de equacionar a crise de credibilidade que se instalaram de modo geral nos legislativos estaduais no período pós-autoritário. De acordo com a autora, essa ‘crise de credibilidade’ pode ser constatada tanto através dos resultados das eleições de 1986¹ quanto pelo resultado das pesquisas de opinião (1989) acima mencionadas. Desse modo, o processo de mudança institucional, que a partir daqui passo a identificá-lo como uma reengenharia institucional, não se tratou de uma adaptação espontânea às novas condições políticas decorrentes da redemocratização do país, mas sim

¹ Nessas eleições, houve cerca de 70% de renovação parlamentar

de uma expressão da intencionalidade de certos atores estrategicamente orientados que escolheram este novo modelo e esta nova imagem. A nova imagem que a ALMG se propôs a transmitir foi a de uma Casa moderna e informatizada e, sobretudo aberta à participação e fiscalização do cidadão, a imagem de um poder constituído, munido de informação capaz de discutir com o Executivo em pé de igualdade e não ser apenas um poder ‘carimbativo’² (Anastasia, 1997).

Entretanto, simultaneamente a essa ampliação de *accountability*³, na área administrativa da ALMG poucos esforços foram empreendidos no sentido de tornar transparentes as contas e gastos do legislativo o que acabou criando possibilidades de questionamentos acerca da transparência relativa à remuneração dos deputados estaduais. Isto ao longo da década de 90 resultou em várias tentativas de eclosão de um escândalo financeiro, culminando no episódio de agosto de 2001.

O modelo de Thompson

Apesar de atualmente a palavra escândalo aparecer freqüentemente na imprensa algo que marca esse tipo de fenômeno é sua singularidade. Escândalos não podem acontecer todos os dias, nem durar por muito tempo, pois senão estes passam a ser rotina e escândalo é, e deve ser certamente, algo diferente do comum.

Um escândalo pode ser entendido como um drama de ocultação e revelação. Thompson (2002) apresenta a teoria de Erving Goffman⁴ para ajudar a entender esse argumento em seu modelo. Goffman defende que toda ação ou conversação acontece dentro de um referencial interativo específico que envolve certos pressupostos e convenções, por suposto todas as vezes que um indivíduo agir dentro desse referencial este estará adaptando seu comportamento a ele. Com isso o que este indivíduo estará procurando fazer é projetar uma auto-imagem que é mais ou menos compatível com o referencial e com a impressão que ele deseja passar.

Thompson demonstra que, apesar do desejo que um indivíduo possa ter para projetar dada imagem, as características da comunicação midiática e a complexidade desses referenciais

² Termo utilizado por Anastasia. Ver Anastasia, 1998.

⁴ Erving Goffman, *The presentation of self in everyday life* (Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1969).

de interação fazem com que os limites entre as regiões frontais e de fundo sejam relativamente porosas, o que possibilita certos ‘vazamentos’.

O caso da ALMG demonstra esse tipo de problema. Apesar de todos os esforços para se projetar uma boa imagem, é muito difícil controlar certas formas de comportamento de regiões de fundo, principalmente, quando se tem a constante fofoca de corredores sugerindo que os deputados recebem altos salários.

Uma definição prática de escândalo refere-se a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientes sérios para provocar uma resposta pública (Thompson, 2002: 40).

Desta forma, há que se ter em mente que além da transgressão, da revelação desta transgressão e sua negação, um episódio para ser considerado um escândalo deve ser desaprovado, e essa desaprovação tem que ser expressa publicamente.

É justamente nesse momento de julgamento/ expressão dessa desaprovação que reside a maior importância dos escândalos nas democracias modernas. Ele funciona como um teste de credibilidade para a política de confiança⁵.

As pessoas passam a se preocupar mais com o caráter dos indivíduos que são (ou poderão vir a ser) seus líderes e com a confiabilidade porque cada vez mais esse se torna o principal meio de garantir que as promessas políticas serão cumpridas e que decisões difíceis, diante da complexidade e incerteza, serão tomadas com base em um julgamento sensato. (Thompson; 2002:147).

Nesse contexto de política de confiança, o papel da mídia adquire grandes proporções devido a sua capacidade de amplificação dos fatos, seja como reveladora de transgressões ou como lugar da expressão de reprovação.

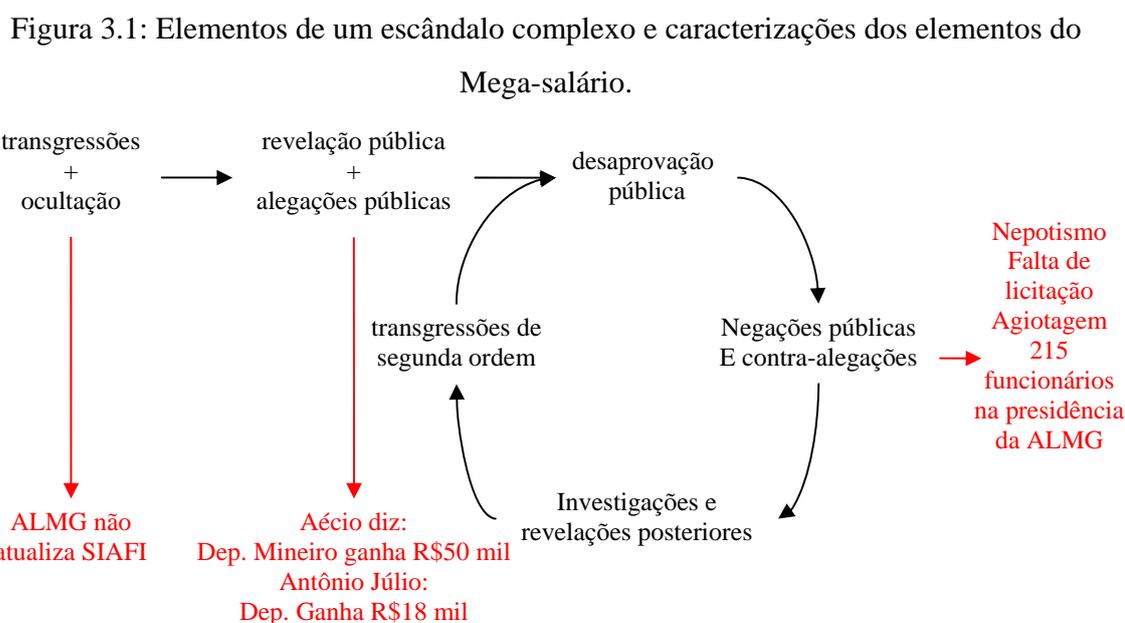
Mega-salários: tentativas

A teoria construída por Thompson (2002), em “O escândalo político”, defende e demonstra que escândalos midiáticos obedecem a uma estrutura sequencial.

⁵ Fala-se num gradual declínio da política ideológica e uma crescente importância da política de confiança. Ocorre que as amplas transformações sociais do pós-guerra acarretaram um significativo enfraquecimento da política tradicional baseada em classes e sistemas de crença nitidamente opostos. Cada vez mais as questões da credibilidade e da confiabilidade ganham importância.

“Os escândalos midiáticos normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos das organizações da mídia, com seus padrões distintos de publicação e difusão. Eles mostram também certa estrutura seqüencial, no sentido que uma fase no desenrolar dos escândalos midiáticos é previsivelmente seguida por outra. E o desdobramento dos escândalos é entrelaçado por um constante contar e recontar histórias sobre o acontecimento (ou supostos acontecimentos) presentes no centro do escândalo” (Thompson, 2002: 102).

Observe na figura 3.1 um esquema que apresenta elementos fase a fase de um escândalo complexo como foi o escândalo dos Mega-salários:



De acordo com o autor quase sempre o que desencadeia a fase de pré-escândalo são revelações de violação de conduta moral⁶ ou violação de regras e não a transgressão

⁶ Os valores ou normas devem ter determinado grau de força moral, ou obrigatoriedade, para alguns indivíduos ou grupos (Thompson: 2002, 41).

propriamente dita. Thompson ainda salienta que nesta fase de pré-escândalo a possibilidade da revelação inicial vir a desencadear um escândalo propriamente dito é muito “frágil”.

Isto pode ser observado no caso dos Mega-salários nos dois episódios em que os dois deputados vieram a público denunciar que recebiam um valor muito superior aos R\$6.000,00, previstos em lei como remuneração mensal, às revelações não desencadearam um escândalo.

Em 1997, o então vereador e ex-deputado estadual Antonio Pinheiro veio a público denunciar que, apesar do vencimento ser baixo, o adicional “para o qual não havia recibo é muito alto e levanta várias dúvidas” (Jornal O Tempo 04/03/1997). De acordo com o ex-deputado em 1994 seu salário era de R\$ 6.000,00, mas no final do mês a quantia depositada em sua conta era de R\$ 69.277,61. Mesmo após essa denúncia bombástica, passados alguns dias o assunto foi esquecido e o escândalo não se consumou.

O mesmo aconteceu em 1999 com a denúncia feita pelo deputado petista Durval Ângelo. O deputado divulgou em seu jornal de gabinete “Presença” no mês de junho de 1999 que, no mês de maio do mesmo ano, ele recebeu como salário a quantia de R\$ 41.595,11 (Jornal O Tempo 20/07/1999). Essa divulgação gerou grande alvoroço. O deputado veio à TV para confirmar o que estava escrito em seu jornal de gabinete. Parecia inevitável a eclosão de um escândalo, mas mais uma vez passados alguns dias esse assunto foi sumindo dos jornais, das conversas e o escândalo não se concretizou.

Embora, como demonstra à tabela 3.2, a ocorrência de matérias relativas à remuneração mensal dos deputados tenha sido recorrente em vários veículos midiáticos, ao longo da década de 90 até a eclosão do escândalo em 2001, em nenhum desses momentos o ritmo atribuído à cobertura possibilitou a caracterização do acontecimento como um escândalo. Mas porque apenas em 2001 o escândalo aconteceu?

Tabela 3.2: Percentual de matérias anteriores ao escândalo
relativas aos altos salários, por veículo

Jornal ou revista	<i>Número de matérias (período de janeiro de 1995 a julho de 2001)</i>	<i>Porcentagem</i>
Estado de Minas	75	38%
O Tempo	58	29%
Hoje em Dia	32	16%
Diário da Tarde	27	13%
Diário do Comércio	5	2%
Outros (Veja, O Globo, O Estado de São Paulo e Pampulha)	4	2%
Total	201	100%

Fonte: Clipping da Assembléia. Elaboração própria.

Surge, então, a questão: o que foi diferente em 2001? Porque em agosto de 2001 o escândalo acerca do salário dos deputados mineiros veio à tona?

Alguns pontos devem ser destacados para se chegar a uma resposta. Em primeiro lugar, essa foi a primeira vez em que houve a existência de provas, como detalharei a seguir, esse foi o estopim do escândalo. Para isso, me atarei em elucidar que nessa terceira tentativa um contracheque de um deputado estadual foi publicado em primeira página.

Outro ponto muito importante relacionado ao primeiro é o que, apesar de ser a primeira vez que uma prova foi apresentada, foi, também, a primeira vez que essa denúncia ocorreu de forma anônima, de certa forma contribuiu para que as investigações continuassem, pois desta forma não foram gerados constrangimentos particularizados como ocorreu das outras duas vezes⁷.

Outra variável muito importante relaciona-se com o momento histórico e político pelo qual o Brasil estava passando. O início do ano de 2001 foi marcado, no âmbito do legislativo nacional, por dois escândalos de grande magnitude: o caso da violação do painel de votações do Senado Federal e o caso das denúncias de corrupção no Bampará, Sudam e TDAs – o caso Jader Barbalho. Na mídia, esses dois casos foram destaques por muitos meses e culminaram com a renúncia de três senadores de renome e de longa trajetória política. A imagem do legislativo estava muito abalada e desgastada. Foi nesse contexto que o presidente da Câmara, o deputado Aécio Neves, levantou a necessidade de moralizar o legislativo e propôs a criação de um código de ética para a Casa. Isso de certa forma fez

⁷ Esse constrangimento associa-se ao que a literatura convencionou chamar de “exercício de influência”. Este é concebido como “uma relação de forças entre as partes envolvidas a se equilibrar” (Shilling, 1999: 48).

com que a mídia e a opinião pública ficassem mais atentas ao papel desempenhado pelo Legislativo.

A forma com que a possível violação, recebimento de altos salários por parte dos deputados estaduais, passou a ser considerada factível também é interessante. De acordo, com o jornalista Marcelo Freitas, repórter que assinou a matéria do dia 1º de agosto de 2001, a faísca para a eclosão desse escândalo foi a fala do então presidente da Câmara, o deputado Aécio Neves que falava que *‘bom’ mesmo era ser deputado estadual em Minas, pois aqui se ganhava muito dinheiro*. De acordo com o jornalista, essa fala atribuiu peso ao fato.

“Sempre na Assembléia circulava uma informação de que os deputados ganhavam a mais do que o que vinha no contracheque. Isso circulava lá com uma intensidade muito grande. Mas ai ninguém conseguiu a prova palpável de que isso existia e era desta forma. Aí, foi o jornal O Globo de junho ou maio de 2001, saiu uma notinha do Aécio Neves, uma coluna, dizia que bom mesmo é ser deputado em Minas gerais, ser deputado estadual em Minas ganhava 50 mil reais. Esta informação, vinda de Aécio Neves era uma informação altamente qualificada. Então nós partimos do pressuposto de que aquela informação era verdadeira”.

Olhando, agora, para a fonte desse estudo de caso, o jornal Estado de Minas, há que se atentar ao fato de que o jornal também sofrera reestruturações internas ao longo da década de 90, assim como havia ocorrido com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Dois pontos devem ser ressaltados, tendo em mente que a ultima reformulação vivida pelo jornal tinha ocorrido em abril do mesmo ano. O primeiro ponto diz respeito a uma mudança de postura do jornal. De acordo com o *Estado de Minas* passou-se a valorizar o jornalismo investigativo no intuito de retirar da imagem do jornal uma imagem negativa de colaboradores com as fontes. Assim como apresenta França:

“Várias vezes foi atribuída ao Estado de Minas a prática de um ‘jornalismo institucional’, de um jornalismo de comunicados e de colaboração com as fontes” (França, 1998:110)

O editor do caderno de política do Estado de Minas toca nesse ponto ao relatar:

“Esse processo [de reestruturação] na década de 90, quando o jornal passou por uma reestruturação sob consultoria da universidade de Navarra, que chama Inovación Periodista, que fez o redesenho do jornal... o jornal de lá pra cá, foi adquirindo uma outra filosofia. E deixou de ser aquela velha máxima que chamavam a “Casa Minas de Assis” que era aquela casa que está de bem com todo mundo, sem se expor muito num jornalismo investigativo, num jornalismo agressivo⁸”.

Essas sucessivas reformulações do jornal levaram aos dois pontos que aqui destaco: a profissionalização dos jornalistas e o surgimento, ou maior valorização, do jornalismo investigativo.

No editorial do dia 04 de agosto os jornalistas expressam essa condição ao colocar que:

*“O presidente da AL, Antônio Júlio, disse ontem que não pretende reduzir os salários escandalosos. **O Estado de Minas cumpriu seu dever revelando o escândalo.** O problema agora fica por conta do Ministério Público e do Judiciário, únicos que podem acabar com essa anomalia”* (Jornal Estado de Minas, p.6 dia 04/08/2001).

A partir de 1998 os jornalistas do *Estado de Minas* passam a não poder trabalhar mais em outro órgão. Esse contrato de exclusividade firmado entre os jornalistas e o jornal contribuiu para um desenvolvimento de um jornalismo investigativo, pois havia jornalistas que trabalhavam também nos gabinetes dos deputados e isto de certo modo, gerava um “conflito ético”. Que se traduzia em uma cobertura viciada.

Algo também curioso desse episódio, diz respeito ao fim de um contrato publicitário que a Assembléia mantinha com vários veículos midiáticos, tanto em rádio, como TV e mídia impressa. Um desses veículos era o jornal Estado de Minas. Durante 10 anos, todas as

⁸ Entrevista realizada com Baptista Almeida, Editor chefe de Política do Jornal Estado de Minas, no dia 12 de setembro de 2005.

quintas feiras eram veiculadas, na página 2 do caderno de política, um informe publicitário com o nome “Acontece na Assembléia” entre 1991 e 2001⁹.

“O editor que entrou [Josemar Gimenez Resende] era contra esse anúncio, ele achava e a gente também, porque ficava muito esquisito, porque dentro da cobertura estadual você tem um anúncio da Assembléia. Jornal se paga é com anúncio, não é com venda em banca, você tem uma cobertura viciada.

... Era um informe do Estado. Mas este informe do Estado provavelmente pagava a editoria de política mensalmente. Então isso foi retirado, desde aí nós criamos independência¹⁰”.

Este ponto é interessante no decurso deste escândalo. Depois que se viram obrigados a confessar o valor real de sua remuneração e a opinião pública em constante elogio ao jornal, os deputados passaram a acusar o Estado de Minas de ‘interesseiros’, na tentativa de retirar assim o mérito do jornal. Pois, de acordo com os deputados, não era um espírito democrata e investigador que havia motivado essa revelação, mas sim a mágoa pela não renovação do contrato.

Devo ainda destacar um ponto que não é particular a essa tentativa, mas que sempre deve ser lembrado quando se trata de escândalos: escândalos são notícias que vendem.

Pré-escândalo

Como já expressei, todo escândalo, antes de sua eclosão propriamente dita, passa por um período de incubação que Thompson chamou de pré-escândalo. De acordo com Thompson (2002) a fase de pré-escândalo pode ser marcada por fofoca, boatos e rumores a respeito da violação em questão ou envolver investigações ou inquéritos levados a efeito por jornalistas, pela polícia ou por outros. Outra possibilidade levantada pelo autor, que é identificada no episódio dos mega-salários, diz respeito à publicação de uma informação que a princípio não é percebida como relevante para um escândalo, mas com o passar dos dias ganha relevância. E foi o que aconteceu. No dia 13 de julho de 2001, o Estado de

⁹ De acordo com a jornalista Patrícia Aranha isso ocorreu por uma escolha do jornal, que sentia a necessidade de criar uma maior independência em sua cobertura. Me resguardo neste ponto em pontuar que se trata de uma versão da entrevista, pois não tenho maiores evidências acerca desse ponto.

¹⁰ Entrevista Patrícia Aranha

Minas publicou a seguinte matéria: “Assembléia esconde suas contas”. A denúncia se referia à não atualização de prestação de contas da Assembléia no site do Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais¹¹ (Siafi-MG).

“Falta de transparência por não participar do Sistema integrado de Administração Financeira (Siafi), o poder legislativo de Minas não permite que detalhes de sua contabilidade sejam acompanhados. É impossível de saber, por exemplo, quando (sic) é pago mensalmente a cada deputado estadual” (Matéria: Assembléia esconde suas contas, jornal Estado de Minas, dia 13/07/2001).

A princípio esta matéria, apesar de reveladora, não se caracterizou como tão bombástica ao ponto de iniciar um escândalo, principalmente quando se analisa a tabela 3.2 que apresenta as inúmeras matérias dessa natureza, publicadas ao longo da década de 90, em vários impressos. Isso fará com que essa matéria seja colocada como a primeira desse escândalo e está relacionada com os diferenciais já apresentados.

O Jornal *Estado de Minas* já vinha fazendo um trabalho investigativo acerca do salário dos deputados e estava preparando o terreno para apresentar sua matéria bombástica com a apresentação do contracheque do deputado anônimo.

“Nós sempre soubemos que os deputados ganhavam mais do que eles falavam. A gente nunca conseguiu provar quanto eles ganhavam. Aí, um deputado que ele [jornalista Marcelo Freitas] jamais vai falar o nome, deu a ele o contra-cheque. Perante todo mundo nós fizemos e deu a média de 60 mil reais, o Marcelo trouxe o contra-cheque. Ele ficou trabalhando esta matéria durante um mês. Soltamos essa matéria e foi uma bomba¹²”.

Foi a partir do dia 13 de julho, que as matérias sobre a remuneração dos deputados passaram a ficar mais frequentes até chegar à eclosão do escândalo em 1º de agosto.

O escândalo propriamente dito

¹¹ Cabe aqui ressaltar que desde a criação deste Sistema Integrado regulamentado pelo decreto n.º 35.304 de 30/12/1993 a adesão do legislativo é prevista de forma opcional.

¹² Idem 33

No dia 1º de agosto o jornal Estado de Minas publicou a seguinte matéria de capa:

Figura 3.5: Matéria de capa do Jornal Estado de Minas relativa ao escândalo.

ESTADO DE MINAS
BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2001

Vesícula
Itamar se recupera bem e
pode ter alta hoje. PÁGINA 2

Fundado em 7 de março de 1928. Nº 21.848 2ª EDIÇÃO PAISAGENS MINEIRAS: FABRICA DA FIAT, EM BETIM (PÁGINA 27) MG, SP, RJ, ES, DF e Goiânia: R\$1,50. Outros Estados: R\$2,90

EXCLUSIVO

Deputado de Minas ganha quase R\$ 60 mil por mês

AS DECLARAÇÕES DE BENS ENVIADAS AO TRE, PARA REGISTRO DE CANDIDATURAS, EM 97, REVELA QUE O PATRIMÔNIO DE TODOS PARLAMENTARES AUMENTOU

Os deputados estaduais mineiros recebem mensalmente quase R\$ 60 mil. A confirmação está no comprovante de rendimentos emitido pela Assembleia Legislativa para efeito de declaração de Imposto de Renda. O ESTADO DE MINAS conseguiu o documento com um parlamentar, que alertou para o fato de não ganhar vencimentos maiores porque não tem cargo de direção. A mesa diretora da Casa informou, há dois meses, que os deputados ganhavam R\$ 18 mil ao mês. O presidente Antônio Júlio (PMDB) não contesta os valores divulgados agora, mas argumenta que não se trata de salários, mas de vencimentos acrescidos por verbas destinadas ao pagamento de despesas com a "manutenção do mandato".

Comprovante de rendimentos de um deputado estadual que, para não sofrer represálias por parte dos colegas, pediu para não ter o seu nome e a matrícula divulgados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	
ANO 2000	
NUM.:	DATA:
* TOTAL DOS RENDIMENTOS INCLUSIVE FÉRIAS 788.963,24	
RENDIMENTO TRABALHISTA, DEBÍTO E DÍVIDA PAGOS NA FONTE	788.963,24
1. SALÁRIO	18.000,00
2. VENCIMENTO	18.000,00
3. VENCIMENTO DE FÉRIAS	18.000,00
4. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
5. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
6. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
7. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
8. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
9. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
10. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
11. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
12. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
13. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
14. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
15. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
16. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
17. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
18. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
19. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
20. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
21. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
22. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
23. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
24. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
25. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
26. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
27. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
28. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
29. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
30. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
31. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
32. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
33. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
34. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
35. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
36. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
37. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
38. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
39. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
40. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
41. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
42. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
43. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
44. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
45. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
46. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
47. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
48. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
49. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
50. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
51. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
52. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
53. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
54. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
55. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
56. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
57. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
58. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
59. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
60. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
61. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
62. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
63. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
64. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
65. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
66. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
67. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
68. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
69. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
70. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
71. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
72. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
73. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
74. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
75. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
76. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
77. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
78. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
79. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
80. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
81. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
82. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
83. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
84. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
85. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
86. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
87. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
88. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
89. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
90. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
91. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
92. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
93. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
94. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
95. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
96. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
97. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
98. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
99. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00
100. VENCIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	18.000,00

PÁGINA 3

Após a divulgação bombástica desta matéria de capa, dificilmente o ‘possível’ escândalo não se efetivaria. Pois assim como descreveu Thompson, o escândalo propriamente dito começa com a divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações. E acrescenta: “... a apresentação pública do fato pode ser suficiente para desencadear uma seqüência de eventos que podem ir tomando corpo rapidamente, na medida em que outras organizações da mídia se apressam em tomar e desenvolver a história” (Thompson, 2002: 104).

Mas para se ter certeza que desta vez o escândalo se efetivaria após essa revelação era necessário esperar o dia seguinte, pois seria ele que traria os ingredientes necessários a um escândalo: a expressão da reprovação pública e a produção de notícias por parte de outros veículos midiáticos.

Já, no dia 2 de agosto, o tema dos salários dos deputados estaduais mineiros estampava em todos os jornais e telejornais do país. A cobertura do jornal Estado de Minas dava foco à

revolta e indignação da sociedade, dos parlamentares federais e dos municipais. A página 3 deste dia foi destinada a apresentar falas inflamadas de cidadãos e colegas indignados.

Thompson ressalta a importância da participação e da entrada de outros veículos midiáticos no decorrer de um escândalo, pois de acordo com o autor é a rivalidade competitiva entre as agências que leva a construção ou não de um escândalo. Os escândalos caracterizam-se pelo seu ritmo temporal, eles apresentam-se como acontecimentos midiáticos relativamente rápidos dado que sua longa duração levaria a um descrédito ou desinteresse dos leitores. Dessa forma, é mais que saudável a um escândalo que as organizações não funcionem isoladamente, já que essa busca não é apenas pelo seu mercado que dinamizará o processo de apuração de novas notícias. Esse é outro ponto crucial: a efemeridade das notícias. Nesse mercado, principalmente em períodos de escândalo, tempo é essencial, pois “notícias de ontem já não são mais notícias”. E por último essa competição acaba gerando um grau de diferenciação no que diz respeito a reputação das agências de notícias. Quanto mais eficiente, ou seja, quanto mais ‘furos’ jornalísticos ocorrerem, uma agência consegue ao longo de um escândalo, aumentar sua reputação e conseqüentemente maior a sua vendagem.

Desta forma, a partir do dia 2 de agosto, uma batalha de ‘furos’ jornalísticos se instaurou em torno do legislativo mineiro em busca de novas revelações de transgressões presentes no poder, que se apresentaram como nepotismo, falta de licitação para veiculação do programa Assembléia Informa, na TV a cabo, aluguel superfaturado do anexo da Assembléia – o edifício Tiradentes, além da aposentadoria ilegal de funcionários de recrutamento amplo.

Algo interessante de se ressaltar no escândalo dos Mega-salários, é que apenas no período de pré-escândalo, os deputados negam a transgressão. Após a divulgação do contracheque do deputado anônimo no dia 1º de agosto, todos os deputados passam a não só confirmar o recebimento de altos salários, como também, em um número considerável, parlamentares passam a justificar esse ‘deslize’ como necessário para manter contanto com as bases.

Thompson apresenta que a tentativa de encobrir a transgressão pode se tornar mais importante que a transgressão original. Nesse sentido, o escândalo Mega-salários apresenta uma peculiaridade: apenas na fase do ‘pré-escândalo’ os deputados tentaram negar o recebimento de altos salários.

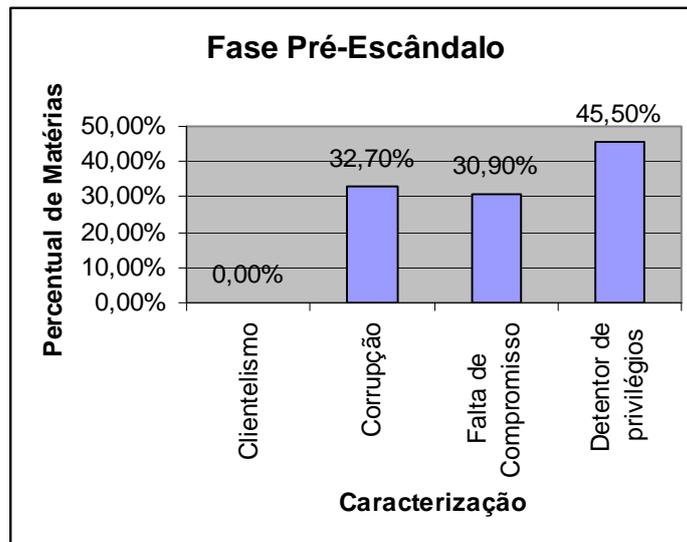
Rosa¹³ aponta que falar a verdade é sempre a melhor estratégia. Primeiro porque se a verdade é desejável no campo das relações pessoais, na esfera pública, falar a verdade é uma obrigação para qualquer organização ou liderança. E, sobretudo, é quase impossível sustentar uma mentira numa crise de longa duração e grande repercussão. Ingenuidade é imaginar o contrário (Rosa, 2004:108). E esta foi a estratégia adotada pela ALMG.

“Nenhum dos parlamentares presentes insistiu na idéia de que a informação que constava na declaração de rendimentos fosse falsa. O que eles procuraram foi tentar justificar o alto salário. De forma uníssona, utilizaram o mesmo argumento: o de que nem tudo o que constava no comprovante referia-se a salário. Parte correspondia a verbas de custeio utilizadas para manutenção de mandato” (Jornal *Estado de Minas*, Valores não foram contestados dia 05/08/2001, p. 3).

O mais curioso dessa complicada tentativa de defesa adotada pelos parlamentares está no discurso adotado, até então a associação de uma imagem clientelística aos deputados estaduais ainda não havia sido feita. As 55 matérias publicadas no período de pré-escândalo relativas a questionamentos dos altos rendimentos dos deputados e da falta de transparência no detalhamento das contas do legislativo caracterizavam o legislativo como corrupto, descompromissado e um lugar cheio de privilégios, como aponta a figura 3.5:

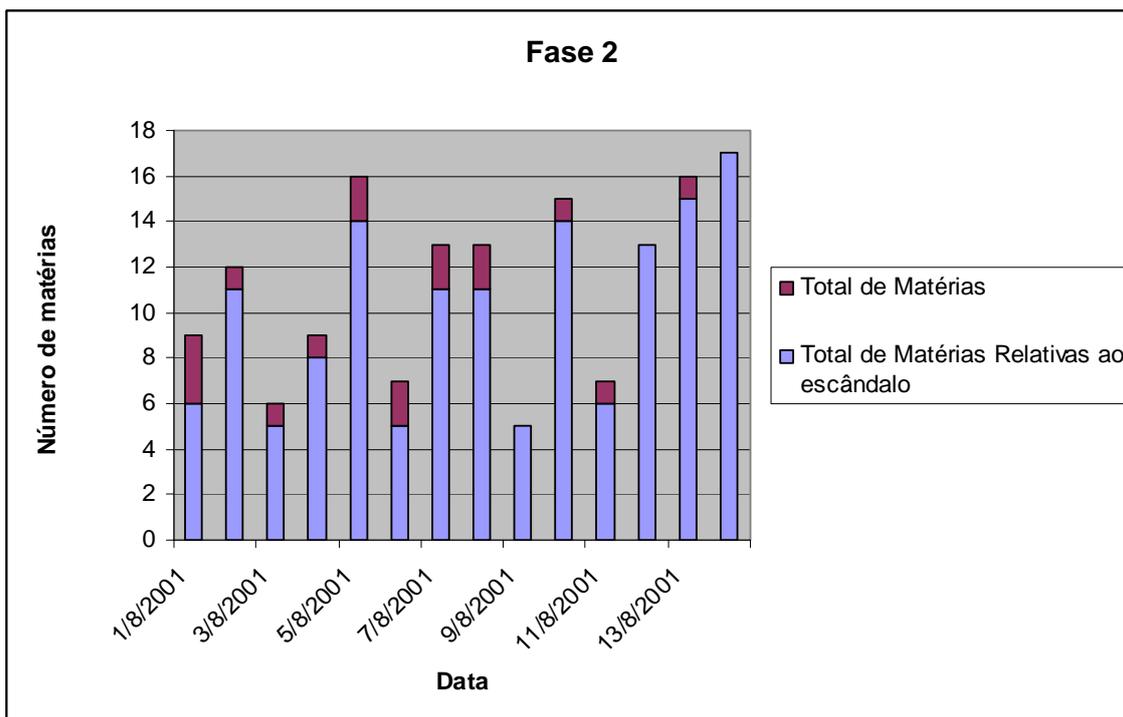
Figura 3.5 – Percentual de matérias de acordo com sua caracterização durante a fase de pré-escândalo

¹³Rosa, Mário (2004), *A Era do escândalo : lições, relatos e bastidores de quem viveu grandes crises de imagem* – 3ª edição – São Paulo: Geração Editora.



A cobertura dos dez primeiros dias de agosto foi crucial para os rumos tomados pelo escândalo. O gráfico abaixo apresenta a evolução do tema no noticiário do jornal Estado de Minas no período de 1º de agosto a 10 de agosto:

Figura 3.6: Total de matérias da segunda fase do escândalo Mega-salários



Pode-se perceber pelo figura 3.6 que, após a entrevista dada pelo presidente da Casa, no dia 8 de agosto, outros temas relacionados a ALMG saem da pauta do jornal e, a partir daí, massivamente a mídia irá noticiar o tema dos mega-salários dos deputados estaduais mineiros. De acordo com o modelo do Thompson, isso caracteriza o início da terceira fase no escândalo, chamada pelo autor como clímax ou desenlace (Thompson,2002) .

Interessante notar que, embora, a transgressão de primeiro grau que desencadeou toda a denúncia para o escândalo se refira a um superfaturamento de recebimento de auxílios, que era depositado em várias contas, em bancos diferentes e em várias datas ao longo do mês, a estratégia da ALMG de responder rapidamente a crise, de se fazer um acordo de ajustamento do salário dos deputados fez com que o jornal tivesse que se utilizar de temas paralelos para manter o escândalo em alta.

1.1 “Ai do povo”, ai da Assembléia.

A infeliz declaração dada, em entrevista, pelo deputado Antonio Júlio foi, sem dúvidas, o combustível necessário para que o escândalo dos Mega-salários alcançasse seu clímax. Ao ser perguntado se o valor de R\$23.000,00 reais, valor sugerido pela mesa para uma possível redução dos salários, era suficiente para a manutenção do mandato parlamentar o deputado assim respondeu:

“Olha, cada um tem uma despesa, então não posso falar em nome dos outros. Eu te digo que manter um mandato custa dinheiro. E isso é o que vocês podem analisar, visitar os gabinetes, visitar o interior, para vocês verem qual é a demanda. Não é a função do deputado, mas a política brasileira é isso. Ai do povo se não fosse o vereador, se não fosse o deputado.

Você tem que remunerar pela importância da sua atividade, e não pelo comparativo com salário mínimo. Por que não comparar a atividade parlamentar com o salário de um apresentador de televisão, de um jogador de futebol?” (Matéria: “Aí do povo, p. 2 dia 08/08/01, jornal Estado de Minas).

Essa resposta interpretada como arrogante, tanto pela sociedade, quanto pelas agências de mídia levou a um acirramento tanto nas manifestações populares quanto na busca por ‘furos’ que revelassem ainda mais transgressões dentro do Legislativo mineiro. Para Thompson (2002), nessa fase, um escândalo alcança seu ponto crítico, com divulgação de novas transgressões e forte especulação e pressão sobre os indivíduos colocados no centro do escândalo.

A partir do dia 15 de agosto, a cobertura dos jornais passou a dedicar ainda mais espaço ao escândalo dos Mega-salários. O trabalho investigativo realizado pelas agências de notícias levaram ao conhecimento de outras transgressões dos parlamentares e tal como novela o escândalo começou o seu desenlace.

“O escândalo é literalmente representado na mídia e as atividades do pessoal da mídia e das organizações com suas práticas distintas e seus ritmos de trabalho, desempenham um papel crucial. Os meios de comunicação operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou em

uma suposta atividade e não deixando que o processo pare” (Thompson, 2002: 105)

Tal como descrito acima, as agências de notícias levantaram questionamentos acerca do rápido enriquecimento dos deputados, tendo como base a declaração de imposto de renda; questionaram também o consórcio dos parlamentares na construção de um prédio na zona sul, além de nepotismo, falta de licitação para veiculação do programa Assembleia Informa na TV a cabo, aluguel superfaturado do anexo da Assembleia – o edifício Tiradentes, além da aposentadoria ilegal de funcionários de recrutamento amplo e inchaço no gabinete da presidência da Assembleia. Era um verdadeiro turbilhão de denúncias dia a dia estampadas nas primeiras páginas dos jornais. E constantemente recontadas a fim de lembrar ao leitor todo o transcorrer da novela dos Mega-salários.

1.2 Conseqüências

Na quarta e última fase, o contar e recontar da história terá papel fundamental no escândalo. Thompson apresenta que, de certa forma, os escândalos podem ser transformados em um tipo de fábula de uma moralidade moderna. O papel dessa quarta fase é justamente de arrematar, mesmo que em parte, a história vivenciada. Passado o período de drama e o calor da discussão cabe agora aos jornalistas, políticos e cidadãos se colocarem em reflexão de tudo que foi vivido.

Esse é o momento de desfecho da novela. E como já dito, o escândalo dos Mega-salários não contou com o drama de investigações oficiais (CPIs), mas seu desfecho foi marcado pelo acordo de ajustamento de salários com o Ministério Público e pelas resoluções Nº 5.200, de 5 de setembro de 2001, que fixou normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias dos deputados, de modo a equacionar, dentro de limites precisos e transparentes, os pagamentos mensais por eles recebidos. E como o desdobramento desse debate, a resolução¹⁴ Nº 5.207 de 10 de dezembro de 2002, que abordou a questão ética em sentido amplo, estabelecendo procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro

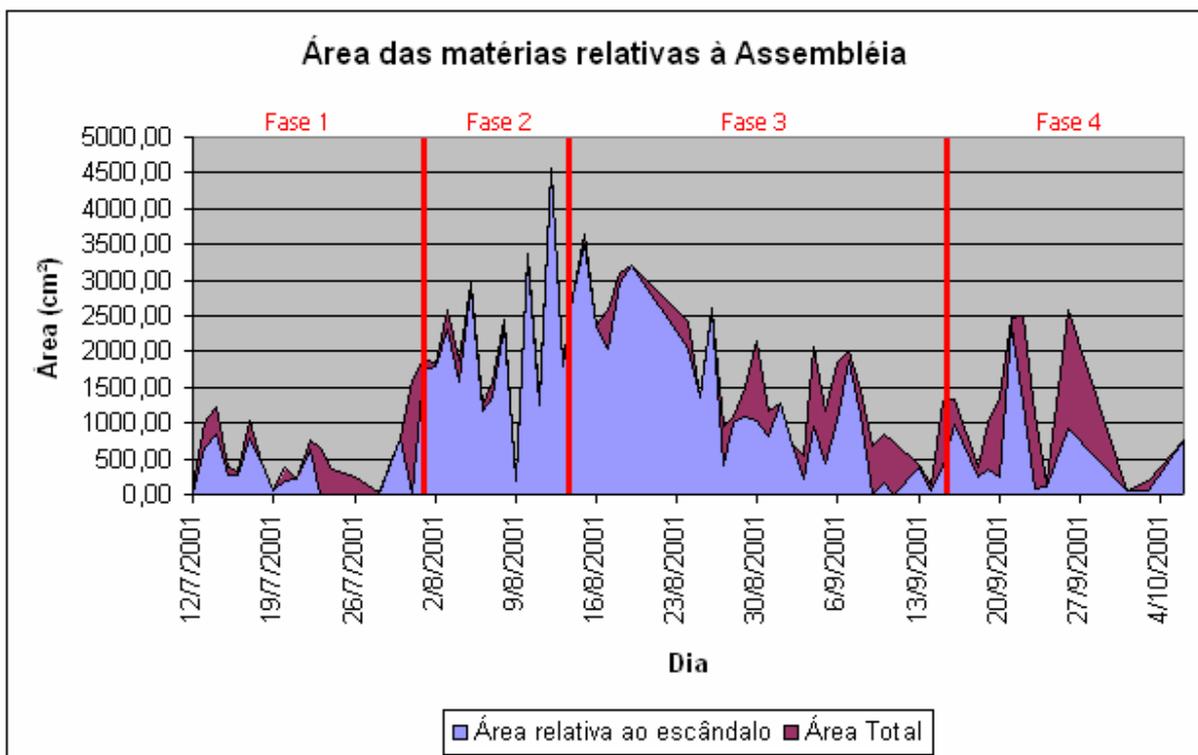
¹⁴ Resolução da Assembleia que estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro parlamentar e dá outras providências.

parlamentar. Outra medida implementada foi a prestação de contas *online*, possível a qualquer cidadão diretamente no sítio da Assembléia.

1.3 Análise da cobertura

Após a aplicação do modelo de Thompson sobre o tema: escândalo dos Mega-salários, percebe-se que com o desenrolar de escândalos políticos, mesmo em culturas muito diferentes, há uma tendência a obedecer à mesma ordem seqüencial. A figura 3.10 apresenta a área ocupada por cada fase na cobertura do jornal Estado de Minas. Ele apresenta a distribuição total de matérias ao longo do escândalo nas quatro fases acima descritas.

Figura 3.10: Distribuição total de área das matérias ao longo do escândalo nas quatro fases.



Cerca de 94,2% das matérias relativas ao escândalo nos três meses de cobertura em questão citaram diretamente a instituição e 87,1% tinham o legislativo como tema central da matéria. Comparado esses dados, aos números de cobertura da 14ª Legislatura (1999-2003)

percebe-se que o número de matérias que citam a Assembléia e que possuem o legislativo como tema central são bem menores, 75,4% e 24,8%, respectivamente.

As tabelas abaixo ajudam a visualizar como o modelo de Thompson se desenrolou segundo a cobertura do jornal Estado de Minas, e como a imagem institucional da ALMG foi afetada. No que se refere ao formato¹⁵ das matérias segundo cada fase do escândalo, é importante perceber alguns pontos.

Tabela 3.3: Quantidade de matérias de acordo com as fases do escândalo, divididas pelo formato da matéria

Formato da Matéria	Fase do Escândalo			Total
	2	3	4	
Reportagem	52	92	34	178
Ping-pong	5	3	0	8
Artigo assinado	3	6	1	10
<i>Carta aos leitores</i>	16	47	12	75
Chamada de primeira página	16	17	6	39
Colunas assinadas	4	3	2	9
Editorial	2	1	2	5
Notas em coluna	39	35	22	96
Informe publicitário	0	1	0	1
Entrevista	4	3	2	9
Charge	0	4	0	4
Total	141	212	81	434

Em primeiro lugar, o grande número de matérias referentes do escândalo na fase 2, dada a necessidade de manter o assunto em discussão e assim despertar a reação pública. Atendendo aos formatos pode-se ressaltar vários pontos:

- Sobre o formato 'reportagem', como era de se esperar segundo o modelo de Thompson, na fase do clímax há um aumento não apenas porque essa fase é mais longa pelo aspecto temporal, mas pela necessidade de manutenção do escândalo. Nesse sentido as reportagens é o formato que introduzem novas transgressões de segundo grau, que como já dito mantém a atenção do leitor sobre o escândalo;
- Outro ponto muito importante é atentar-se aos 39 dias em que o escândalo foi manchete de primeira página;

¹⁵ O formato ping-pong diz respeito a pequenos depoimentos.

- Já o formato “nota em coluna” ressaltam-se em número, em grande parte devido à página 2, página destinada à coluna de política do jornal, lugar em geral destinado às ‘alfinetadas’ da cobertura, expressas em grande parte na coluna ‘Pinga-Fogo’.

Embora o papel das cartas¹⁶ dentro do episódio escândalo nas três fases seja de ser o lugar de expressão da reprovação pública, na fase 4 ela funciona mais como um espaço de reflexão do episódio. E por último, destaca-se o único informe publicitário, presente na fase 3, que refere-se a uma carta redigida pelo presidente da Assembléia no intuito de responder ao episódio e dar a ele um rápido fim. Acompanhe abaixo um trecho deste informe:

“em vista dos questionamentos sobre a remuneração dos Deputados e dos servidores do legislativo consciente de que o modelo de composição dos custos de atividade parlamentar adotado pela Assembléia não encontra mais respaldo na sociedade...

Vamos criar uma Nova Assembléia, que se afirme no conceito da sociedade como produtora de boas leis, fiscalizadora intransigente dos atos de governo e parceria do povo mineiro na defesa de grandes causas” (Jornal Estado de Minas, 21/08/01).

1.4 Renovação Parlamentar

O resultado das urnas na eleição de 2002 era aguardado com muita apreensão pela ALMG, pois esta seria a forma mais clara de mensurar a abrangência e o impacto que o escândalo dos Mega-salários tinha atingido.

Com 72 dos 77 pleiteando a recondução ao cargo de deputado estadual, apenas 41 foram reeleitos, o que pode ser considerado baixo se comparado à constante queda dos índices de renovação parlamentar. Nas eleições de 1998 decaiu para 30% e nas eleições de 2002 passou para 47%.

No entanto, para se avaliar esses números há que se ter em mente outros elementos e principalmente a singularidade do processo eleitoral de 2002 que foi chamado de “onda Lula”. De acordo com o cientista político Marcos Coimbra, a renovação na ALMG não

¹⁶ As cartas são encaminhadas aos jornais pelos leitores em coluna específica.

pode ser considerada elevada em comparação com pleitos anteriores, pois essa “onda Lula”, principalmente nas grandes cidades, fez crescer a votação de candidatos do PT e ampliou a bancada do partido.

“Entre os deputados que não se reelegeram, percebi que foi mais nítida a não-reeleição em algumas candidaturas não-petistas de base mais urbana, mais metropolitana. Os deputados de regiões eleitorais mais tradicionais reelegeram-se com mais facilidade” (Revista do Legislativo)

Uma das formas de mensurarmos se o escândalo dos Mega-salários impactou diretamente no índice de renovação parlamentar é comparar o índice de renovação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais aos demais legislativos sub-nacionais e o Congresso Nacional.

Tabela 4.1: Percentual do índice de Renovação Parlamentar por Casa Legislativa nas eleições de 2002

Índice de Renovação 2002	
Casa Legislativa	Percentual
Senado	72
Câmara dos Deputados	42
Assembléia de Goiás	71
Assembléia do Espírito Santo	67
Assembléia do Distrito Federal	63
Assembléia de Pernambuco	55
Assembléia do Rio de Janeiro	54
Assembléia do Tocantins	50
Assembléia do Ceará	48
Assembléia do Maranhão	48
Assembléia de Minas Gerais	47
Assembléia de São Paulo	45
Assembléia do Paraná	44
Assembléia do Rio Grande do Sul	38
Assembléia de Santa Catarina	37
Assembléia do Mato Grosso do Sul	37
Assembléia do Rio Grande do Norte	33
Assembléia do Piauí	30
Assembléia do Amazonas	29

Fonte: Revista do Legislativo

Como aponta a tabela 4.1, embora apenas a ALMG e o Congresso Nacional tenham passado por escândalos de grande repercussão, o índice de renovação parlamentar na ALMG manteve-se na média, entre os legislativos sub-nacionais.

Outra possibilidade, que requer mais fôlego de investigação e aqui será apresentada apenas utilizando o nome dos dez deputados mais citados ao longo do escândalo Mega-salários é avaliar se houve uma considerável diminuição do número de votos dos deputados que se reelegeram. Para saber ao certo qual o impacto gerado no momento eleitoral pelo escândalo utilizando-se dessa hipótese temos que comparar a votação de cada deputado reeleito, sempre tendo o cuidado de ponderar esse valor dado que o número de eleitores aumentou. Através da comparação de votos em 1998 e 2002, perceberemos que impacto o escândalo teve no prestígio pessoal de cada deputado. Interessante notar que os dez deputados em questão foram reeleitos.

Tabela 4.2: Valores absolutos das votações dos 10 deputados estaduais mais citados durante o escândalo nas eleições de 1998 e 2002

Índice de Reeleição (valores absolutos)						
Deputado	Partido em 1998	votação		Partido em 2002	votação absoluta em 2002	crescimento absoluto
		absoluta em 1998	em 1998			
Adelmo Leão	PT	24.306	PT	50.695	208,57%	
Agostinho Patrus	PSDB	44.438	PTB	52.822	118,87%	
Alberto Pinto Coelho	PPB	40.954	PPB	58.333	142,44%	
Antônio Júlio	PMDB	29.637	PMDB	45.152	152,35%	
Alencar da Silveira Jr.	PDT	42.778	PDT	41.017	95,88%	
Antônio Andrade	PMDB	29.186	PMDB	61.546	210,88%	
Dr. Viana	PDT	26.551	PMDB	44.296	166,83%	
João Leite	PSDB	78.977	PSDB	132.954	168,35%	
Miguel Martini	PSB	38.761	PSB	36.453	94,05%	
Mauri Torres	PSDB	42.979	PSDB	49.987	116,31%	
Durval Ângelo	PT	43.471	PT	89.326	205,48%	

Como já dito o objeto de estudo é a instituição, ALMG, e não os deputados. No entanto, esse tipo de dado ajuda a compreender como crise de imagem, escândalos políticos no Brasil embora atinjam dramaticamente reputações pessoais, essas se reconstroem mais rapidamente do que as reputações institucionais.

Há um ponto que contribui ainda mais para que a ALMG tenha sua reputação mais afetada do que a dos deputados. Várias pesquisas sobre opinião pública apontam para o desânimo e esquecimento dos eleitores que de modo geral não se lembram e nem se informam sobre seu candidato a deputado estadual e deputado federal.

Isso gera o que chamamos de contaminação. O desinteresse dos eleitores sobre os representantes eleitos de forma proporcional leva à não diferenciação. Dessa forma, quando

Tabela 4.3 – Valores normalizados pelo coeficiente eleitoral das votações dos 10 deputados estaduais mais citados durante o escândalo nas eleições de 1998 e 2002

Deputado	Índice de Reeleição (valores relativos)				
		votação		votação	
	Partido em 1998	normalizada em 1998	Partido em 2002	normalizada em 2002	crescimento normalizado
Adelmo Leão	PT	0,2523	PT	0,4081	161,75%
Agostinho Patrus	PSDB	0,4613	PTB	0,4253	92,18%
Alberto Pinto Coelho	PPB	0,4252	PPB	0,4696	110,46%
Antônio Júlio	PMDB	0,3077	PMDB	0,3635	118,15%
Alencar da Silveira Jr.	PDT	0,4441	PDT	0,3302	74,36%
Antônio Andrade	PMDB	0,3030	PMDB	0,4955	163,54%
Dr. Viana	PDT	0,2756	PMDB	0,3566	129,38%
João Leite	PSDB	0,8199	PSDB	1,0704	130,56%
Miguel Martini	PSB	0,4024	PSB	0,2935	72,93%
Mauri Torres	PSDB	0,4462	PSDB	0,4024	90,20%
Durval Ângelo	PT	0,4513	PT	0,7192	159,36%

há um escândalo no Congresso Nacional, este é atribuído aos deputados estaduais, e o inverso também ocorre.

Dessa forma, como apontam as pesquisas encomendadas pela ALMG e realizadas pela Vox Populi nos anos de 2003 e 2006, embora a ALMG não tenha sido mais alvo de nenhum episódio de crise de imagem, sua credibilidade vem caindo consideravelmente. E certamente uma das causas são as constantes denúncias de corrupção que o legislativo nacional vem sofrendo.

2 Bibliografia

Anastasia, Fátima (1998), *“Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais”*. In: Santos, Fabiano (org.), *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*.

França, Vera Veiga (1998), *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Rosa, Mário (2004), *A era do escândalo: lições e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo – 3º Edição – Geração Editorial.

Thompson, John B. (2002), *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.